

A participação do empresariado no processo de construção de políticas sociais no Brasil: uma análise da trajetória de João Daudt d'Oliveira como representante do empresariado nacional (1930-1945)

Priscila Musquim Alcântara Oliveira

Doutoranda – Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças na relação do empresariado brasileiro com as políticas sociais no país no período do primeiro governo Vargas e após o fim do Estado Novo. A forma escolhida para empreender a esta pesquisa foi a análise da trajetória de João Daudt d'Oliveira, uma liderança empresarial expressiva que além de representante dos empresários, em especial, no processo de idealização de organismos de assistência social, também manteve laços de amizade com Getúlio Vargas, atuando na articulação do movimento que conduziu Vargas ao poder, em 1930. Este trabalho tem como base a pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Empresariado Brasileiro; Primeiro governo Vargas; João Daudt d'Oliveira

Abstract: This paper analyzes changes in the Brazilian business relationship with the social policies in the country during the first government of President Getúlio Vargas and after the Estado Novo. The form chosen to develop this research was the analysis of the trajectory of John Daudt d'Oliveira, a business leadership that acted as a representative of employers, especially in the process of idealization of social assistance organizations, was also a friend of Vargas, acting in joint movement that led Vargas to power in 1930. This paper is based on doctoral research in progress at the Graduate Program in the History of the Federal University of Juiz de Fora.

Keywords: Brazilian Businessmen; First government of President Getúlio Vargas, John Daudt d'Oliveira

INTRODUÇÃO

O histórico da interferência do governo na regulação das relações sociais no Brasil não se difere do padrão observado na análise da experiência de outros países. Sucede um período onde predominava a ideia de que as relações sociais eram contratos ajustados de forma livre entre indivíduos juridicamente iguais, e, portanto, obedecendo aos códigos de direito privado, seguindo o formato do capitalismo mercantil¹.

Nas duas primeiras décadas do século XX, ganhava vigor o debate em torno do problema da regulamentação do trabalho, que colocava em questão a participação que o Estado deveria exercer no âmbito da política econômica e social brasileira. Mas é a partir de 1930, em especial, durante o primeiro governo Vargas, que a maioria absoluta de todas as leis sociais teve sua concepção decidida, regulamentada e fiscalizada.(GOMES, 1979: 104)

A adoção de políticas sociais que resultaram no fortalecimento do Estado de bem-estar social teve início no Brasil durante um contexto onde o Estado apresentava feição intervencionista. No Estado Novo, entre 1937 e 1945, empresários e trabalhadores se fortaleceram como atores políticos em um período que o Estado promulgou uma legislação trabalhista no quadro da regulação corporativista, diferente, portanto, do contexto social democrata, onde empresariado e trabalhadores operaram no sentido de abortar uma revolução socialista, pela via parlamentar democrática e com o apoio de setores rurais. (BOSCHI,2001:9) O Estado Novo corresponde a uma modalidade autoritária e não equilátera do triângulo do tempo de guerra em que, nos Estados Unidos e em parte da Europa conduziu a um consenso cada vez maior em relação à intervenção do Estado na economia e à criação do Estado de bem-estar social (DELGADO, 2001: 110).

¹ As diferenças, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, se dão na esfera da ordem e do ritmo que os regulamentos sociais são estabelecidos, ao escopo da legislação, ao formato burocrático de administração dos programas, no esquema de financiamento e a articulação dos programas sociais destinados a maximizar a equidade com as demais políticas governamentais. Santos desenvolve um histórico das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado no Brasil. Cf: SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994, p.13-34.

1 – AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E EMPRESARIADO NO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Desde os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, as relações entre Estado e industriais sofreram mudanças expressivas. O presidente e seus ministros se articularam como interlocutores e também como árbitros nos conflitos de interesses entre o setor agrícola e o empresariado. O setor industrial vivenciou rápido crescimento entre 1933 e 1936, que segundo Maria Antonieta Leopoldi, foi impulsionado pela combinação de três fatores: 1º: um choque externo, a Crise de 1929, quando o país reduziu suas importações e intensificou-se o processo de substituição interna dos produtos antes comprados no exterior; 2º: políticas governamentais no sentido de responder aos choques e também no atendimento de demandas setoriais, como as dos industriais, por proteção e a criação de uma infraestrutura de apoio a indústria; 3º: do esforço do empresariado industrial e de sua liderança, pois desde o início do século XX desenhava um projeto político de desenvolvimento no qual o setor industrial era o motor (LEOPOLDI, 2003: 244).

A política economia de Vargas, ao longo dos quinze anos de seu primeiro governo, realizou um esforço no sentido de promover um equilíbrio da situação do café no mercado internacional, ao passo que procurava diminuir o predomínio do modelo agroexportador, dando apoio ao crescimento industrial (LEOPOLDI, 2003: 248).

Nesse período, em especial, entre os anos de 1942 e 1945 é que os trabalhadores conquistam espaço no cenário político. Angela de Castro Gomes ressalta que o Estado assumiu a posse da **palavra** do trabalhador, preocupando-se em incorporar elementos básicos presentes no discurso dos trabalhadores desde o século XIX, ao passo em que ignorava o passado de lutas dos trabalhadores. O estatuto do trabalhador é o que passa a dar identidade social e política ao brasileiro. A cidadania é sancionada por meio da articulação de um pacto político entre Estado e classe trabalhadora e se fundamenta em duas grandes reivindicações: gozo dos direitos sociais do trabalho e reconhecimento das associações profissionais (GOMES, 2005: 25), embora estas últimas se estruturassem no modelo corporativista².

² Para uma definição de corporativismo, utiliza-se neste projeto a definição de Ludovico Incisa, que o classifica como “*uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano*”

Quanto à organização do empresariado, a imposição de um formato corporativo não eliminou suas organizações autônomas. A expansão da máquina burocrática, a proliferação de órgãos técnicos e consultivos que permitiram ao Estado estender e aprofundar o controle sobre a participação política dos grupos privados funcionou, por outro lado, como uma via permeável ao acesso do empresariado. Nesse sentido, os conselhos econômicos, além de atuarem como instâncias de informação e decisão representaram, a partir de 1937, o caminho de acesso dos grupos privados ao centro do poder. O estudo de Eli Diniz sobre esse processo ressalta a capacidade da elite industrial brasileira em obter o apoio de órgãos situados em posição intermediária na hierarquia decisória, a exemplo do Conselho Federal do Comércio Exterior. Por meio desse conselho, os industriais obtiveram a aprovação de várias propostas na esfera da defesa do mercado interno para a indústria local, como pareceres favoráveis a expansão do crédito industrial e projeto de regulamentação de determinadas áreas (DINIZ, 1978: 287). Ignacio Delgado ressalta que embora nem sempre tenham prevalecido os interesses dos industriais nesses órgãos, a exemplo da Coordenação de Mobilização Econômica, considerada por parte dos industriais como um nicho a partir do qual a burocracia estatal excedia a intervenção do governo na economia, a presença dos Conselhos Técnicos era compreendida pelo empresariado como essencial à sua participação na definição de políticas públicas (DELGADO, 1979: 176).

Sob o comando de uma elite industrial, acelerou-se o processo de articulação do grupo não só no âmbito dos estados, mas também nacionalmente. No quadro de crise da economia exportadora e das relações de poder dentro da confederação oligárquica, os industriais articularam o apoio à industrialização com o processo de construção da Nação, aproximando-se, assim, das formulações centralizadoras do Estado Novo. Nesse período, foi abandonada uma postura de recusa sistemática da adoção de políticas sociais, na medida em que buscavam participar de seu processo e de sua produção, tentando adiar ao máximo a implantação dessas políticas e garantir que fossem compatíveis com as demandas de edificação de um modelo econômico nacional no qual a indústria protegida pelo Estado correspondesse ao elemento-chave do desenvolvimento do país (DELGADO, 2001: 93).

econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político". Ver: INCISA, Ludovico. Corporativismo. Verbete. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998, p. 287.

2 – O EMPRESARIADO E A QUESTÃO SOCIAL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1945)

Em 1945, já no final do Estado Novo e no contexto da redemocratização do país, o empresariado demonstra preocupação com o destino das bases materiais do consentimento junto aos trabalhadores. Em um contexto de expressiva mobilização dos trabalhadores, onde vários grupos políticos buscavam radicar nos trabalhadores sua identidade, os empresários, além de admitirem a ampliação dos benefícios e da política social desenvolvida pelo Estado, também se revelaram dispostos a construir organismos privados para o desenvolvimento de ações ligadas a educação, saúde, amparo e assistência social dos trabalhadores (DELGADO, 2001: 93).

Neste contexto se insere a trajetória do empresário do setor farmacêutico João Daudt d'Oliveira como representante do empresariado. Sua atuação iniciou-se com o movimento que levou Vargas ao poder. Em 1930, Daudt ingressou na diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Na década de 1940, ocupou o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Fiscal do Banco do Brasil. Também atuou como representante do empresariado em conferências internacionais. Presidiu, em 1944, a seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP), precursor da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Em setembro do mesmo ano, ao lado de Euvaldo Lodi, chefiou a delegação brasileira à Conferência Economia Internacional de Bretton Woods, nos Estados Unidos, reunida com o objetivo de traçar rumos para a reorganização econômica e financeira mundial no cenário que sucederia a Guerra Mundial. Ainda em 1944, em dezembro, presidiu uma delegação da ACRJ à Internacional Business Conferece, que foi realizada em Rye, nos Estados Unidos, quando foi o intérprete dos países em desenvolvimento e defendeu a tese da *função social do capital*, em que a empresa privada é apresentada como possível instrumento de paz social (DIAS, 2010). Em seus discursos e trabalhos, buscou substituir a expressão *classes conservadoras* por *classes produtoras*, para referir-se ao empresariado dos setores comercial e industrial (DIAS, 2010).

Foi um dos defensores da industrialização como motor do desenvolvimento do país e como solução para seus principais entraves. Para Daudt, o principal obstáculo a ser superado consistia na eliminação do pauperismo. Era necessária mobilização e união no combate a pobreza em favor da elevação do padrão de vida dos brasileiros, pois só assim o Brasil conseguiria sobreviver como nação

forte e soberana (d'OLIVEIRA, 1944: 4). Afirmava que “*A espinha dorsal de um programa visando o aumento da renda a um nível suficiente para atender às necessidades nacionais tem que ser constituída pela industrialização no país, sábia e cientificamente conduzida com o melhor aproveitamento e seus recursos naturais*” (d'OLIVEIRA, 1944: 17).

Essa ideia foi defendida por Daudt no processo de transição do Estado Novo à redemocratização, por meio dos congressos e conferências do empresariado ocorridos entre 1943 e 1944, em especial no Congresso Brasileiro de Economia e na Conferência de Teresópolis. No primeiro, realizado entre novembro e dezembro de 1943, a necessidade de elevação da renda nacional foi ressaltada na abertura do evento, em mensagem do empresário e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) Roberto Simonsen, que defendia a ideia de que o problema econômico brasileiro está fundamentalmente associado ao *ganho insuficiente*, problema que, se não solucionado, levaria o país a *convulsões sociais*. Simonsen, observando que outros povos valeram-se até mesmo do trabalho forçado para elevar a renda nacional, assinalou que os brasileiros deveriam se orientar “*voluntária, confiante e conscientemente, dentro de sadias normas democráticas, para um justo programa de prosperidade nacional capaz de propiciar melhores condições de vida para o povo*” (DELGADO, 2001: 116). A Conferência de Teresópolis, realizada em maio de 1945, ocorreu “*num momento crucial para a definição do papel que deveriam desempenhar as **classes produtoras** na nova ordem que se anuncia*”, conforme ressalta Ignacio Delgado. Com relação às medidas de bem-estar social, os empresários firmaram o compromisso de congregar energias no sentido de contribuir para a melhora da educação e da saúde dos brasileiros por meio de fundações e sociedades sem fins lucrativos (DELGADO, 2001: 124).

Em dezembro de 1945, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) também elaboraram diretrizes no sentido de ampliar a participação do empresariado no processo de geração de iniciativas de bem-estar social, registradas na *Carta da Paz Social*, documento em que o empresariado manifestava a preocupação em estabelecer relações mais harmoniosas entre o capital e o trabalho, por meio de ações, serviços de cunho social nos setores da indústria e do comércio. Em 1946, foram criados o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). Este último teve Daudt como primeiro presidente.

3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA EMPRESARIAL DE JOÃO DAUDT D’OLIVEIRA

Embora sua atuação como representante do empresariado tivesse se iniciado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Daudt era gaúcho. Seu trabalho como empresário teve início no Laboratório Daudt, fundado por seu tio, João Daudt Filho. A primeira sede do laboratório foi em Porto Alegre. Em 1917, o tio mudou-se para o Rio de Janeiro e junto com João Daudt d’Oliveira e seu irmão Felipe, passaram a dirigir o laboratório na então capital federal. (DAUDT FILHO, 2003: 66).

João Daudt d’Oliveira nasceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1886. Mudou-se para Porto Alegre ainda criança. cursou a faculdade de Direito de Porto Alegre, onde conheceu Getúlio Vargas, que foi por toda a vida seu amigo. Participaram da chamada *geração 1907*, ao lado de Joaquim Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura. O grupo atuou no processo de disputa pela sucessão do chefe do executivo gaúcho, organizando uma mobilização política de estudantes em apoio a Carlos Barbosa Gonçalves, candidato indicado por Borges de Medeiros (DIAS, 2010).

Embora formado em Direito, Daudt não exerceu a profissão e dedicou-se à indústria farmacêutica, associando-se ao tio e ao irmão na firma Daudt, Oliveira & Cia, no Rio de Janeiro. Mesmo longe, manteve os laços de amizade com seus colegas da *geração 1907* e junto ao grupo, participou de movimentos da política gaúcha e atuou na inserção do Rio Grande do Sul no executivo nacional. Getúlio Vargas exerceu a função de ministro do governo Washington Luiz. Abandonou o cargo e emergiu como a liderança política de mais destaque no Rio Grande do Sul, tendo sido eleito presidente do estado em 1928, após uma sequência de mandatos de Borges de Medeiros. João Daudt d’Oliveira, como membro da *geração de 1907*, apoiou a campanha de Vargas e após a vitória do colega, o laboratório Daudt forneceu ao Rio Grande do Sul os serviços da campanha de saneamento que vinha realizando. Getúlio comprometeu-se com os Daudt a empreender esforços para aprovar o projeto de lei que regulamentava as profissões de médico e farmacêutico no Rio Grande do Sul (DIAS, 2010).

Ao final de 1928, as articulações em torno da sucessão presidencial tomavam conta dos debates dos grupos políticos do período. A Constituição de 1891 não permitia que um presidente sucedesse a si próprio e a agitação política era intensa em torno das candidaturas. Ao longo da República Velha, as

eleições presidenciais basearam-se em acordo entre as lideranças políticas estaduais em busca da consolidação de uma candidatura oficial. Segundo Thomas Skidmore, acertada a indicação, isso já equivalia à eleição, pois os governos estaduais tinham poder para dirigir as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais. (SKIDMORE, 1988: 21).

Nesse período, os conflitos entre Minas Gerais e São Paulo quanto ao lançamento de uma candidatura para a Presidência se evidenciavam. O governo de Washington Luis afastava-se cada vez mais dos interesses de Minas. Em 1928, Washington Luiz se recusou a assumir um empréstimo externo destinado ao governo de Minas, o que gerou obstáculos para o setor siderúrgico mineiro. Tal medida foi rejeitada pelas principais lideranças de Minas, causando sensíveis abalos na aliança majoritária nacional. Esse afastamento de Minas do centro de decisões sobre os rumos do Brasil não significou o isolamento de São Paulo dos demais estados. Washington Luís aproximava-se de novos parceiros. Nessa aproximação, o Rio Grande do Sul apresentava-se como parceiro preferencial do Catete, ao lado dos fluminenses, baianos e pernambucanos (VISCARDI, 2001: 333).

A aproximação com São Paulo gerou na nova geração política do Rio Grande do Sul a expectativa de lançar a candidatura de um gaúcho para a presidência da República. Entretanto, o candidato oficial indicado pelo governo foi o paulista Júlio Prestes. Frustrados os planos, o grupo gaúcho articulou uma aproximação com Minas Gerais. A concretização do pacto entre Minas e o Rio Grande do Sul para fazer frente a São Paulo dependia da adesão de Getúlio Vargas. O líder político gaúcho manteve-se a espera da resolução do impasse entre Minas e São Paulo, na expectativa que houvesse um acordo, que receberia o apoio gaúcho. Mas São Paulo preferiu abrir mão da aliança com Minas, por não concordar em passar por mais quatro anos submetido aos arbítrios de um estado mais frágil que ele, tanto econômica quanto politicamente. Na tentativa de minar a aliança, Washington Luiz ofereceu a um dos principais articuladores, o gaúcho Oswaldo Aranha, a vice-presidência da chapa encabeçada por Júlio Prestes, porém, Aranha recusou a proposta (VISCARDI, 2001: 341). Com o apoio da Paraíba, estava consolidada a Aliança Liberal, coligação de forças políticas que apoiaram a campanha de Getúlio Vargas para a presidência da República na eleição de 1929, tendo na chapa o candidato à Vice-Presidência João Pessoa, da Paraíba.

Compunham a base de sustentação da Aliança Liberal os grupos políticos situacionistas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Grupos de oposição ao governo federal de diferentes

estados e facções militares e civis descontentes com o governo também apoiavam o movimento. A aliança tinha como bandeiras a reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, a moralização dos costumes e das liberdades individuais³. Entre as plataformas de governo, a questão social possui mais ênfase nas propostas da Aliança Liberal. Enquanto Júlio Prestes apenas mencionou o assunto, a Aliança criticou o desprezo do governo pela questão dos trabalhadores e buscou reconhecer a questão social como um problema real a ser enfrentado pelo poder público brasileiro. Nessa abordagem, a questão social foi trazida como um indicador de desenvolvimento industrial e modernização, desassociada da agitação despropositada de operários estrangeiros, como costumava ser abordada (Gomes, 1979: 104).

(...) nós estamos convencidos e convencida está a Nação inteira de que também aqui, como em todos os países civilizados, o problema social existe. (...). A existência dessa questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida e de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza e desse alcance⁴.

João Daudt d'Oliveira também participou da Aliança Liberal. Atuou como intermediário entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais no processo de formação da aliança. Ele mantinha contatos com lideranças políticas desses centros, conforme explica em carta para Vargas, em que se coloca à disposição dos colegas no processo de articulação política.

Relativamente à tua consulta sobre a pessoa a indicar para o encargo de encaminhar, aqui, interesses de tua administração, informo que estou eu, pessoalmente, às ordens. Meus afazeres não me impedirão de reservar o tempo reclamado por incumbências a cuja solução o prestígio do mandante de antemão confere facilidades a bem dizer automáticas. Acresce a isso que, para a comodidade no acompanhamento de qualquer caso, tenho, nos Ministérios, caminhos abertos para o acesso direto aos deliberantes de última instância, o que afasta o estorno das salas de espera. Dispõe, pois, de mim com inteira franqueza⁵.

³ Ibidem, p.404.

⁴ Trecho retirado do manifesto da Aliança Liberal. Apud. GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1979, p.104

⁵ Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas, escrita em 16 de janeiro de 1929. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Fundo João Daudt d'Oliveira. JD c 1929.01.16

João rejeitava a possibilidade de ingressar na política. Em carta enviada a Getúlio, em resposta a uma suposta intenção de incluí-lo entre os candidatos a deputado na eleição de 1930, Daudt assim reagiu:

Minha situação de soldado raso do partido não autorizaria nunca uma promoção assim, desproporcionada e despropositada, pois meu interesse – mais que espontâneo, irreprimível – por teus destinos políticos eu o retiro das reservas de nossa velha amizade pessoal e de forma alguma aceito que o registrem em minha fé – de – ofício de simples recruta do PRR.

(...) Seria de veras chocante para minha segurança pessoal. Seria de veras chocante para a minha sensibilidade pensar que se pudesse admitir a minha aquiescência em dar um instrumento de combatividade ofensiva, como o é uma cadeira de deputado, um caráter inconfessável de aparelho passivo de proteção à integridade física, que de modo algum figura em minhas cogitações.⁶

Derrotada a Aliança Liberal, a reação de São Paulo após o pleito foi a retaliação. A Paraíba teve todos os seus deputados degolados. Minas Gerais teve dezessete dos seus trinta e sete deputados. Era a primeira vez que os mineiros sofriam esse tipo de intervenção em sua autonomia política. Como estratégia para evitar apoio dos gaúchos aos mineiros, Washington Luiz poupou o Rio Grande do Sul da intervenção federal. Minas mostrou-se disposta a participar de um movimento armado contra o governo, porém, sabia que a concretização desse objetivo dependia da adesão dos gaúchos. Vargas hesitou em adotar uma postura revolucionária, alegando que embora não concordasse com a degola de deputados da Aliança Liberal, reconhecia os resultados da eleição. O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, intensificou o clima de insatisfação. Em 3 de outubro de 1930 teve início o movimento liderado por Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano.

Com a Revolução de 1930, João Daudt d'Oliveira ingressou na Associação Comercial do Rio de Janeiro (DIAS, 2010). Embora tivesse participado de forma ativa da articulação do movimento, esquivava-se de uma atuação política direta. Porém, com a promulgação da Carta Magna, cedeu a pressão que vinha desde o período da articulação da Aliança Liberal e candidatou-se a vereador do Rio de Janeiro. Foi eleito em primeiro lugar. Apesar da expressiva votação que recebeu, nem chegou a tomar posse. Renunciou ao mandato antes de ser empossado, atribuindo sua decisão “à *desilusão*

⁶ João Daudt d'Oliveira, em carta enviada a Getúlio Vargas. 19 de agosto de 1929. CPDOC-FGV. **GV c 1929.08.19/4**

sentida pelo ambiente político da época”(DIAS, 2010). Em 1937, novamente diante da oportunidade de ingressar na política, recusou a indicação para o cargo de interventor do Distrito Federal. Em carta a Getúlio Vargas, Daudt d’Oliveira assim se explicou:

venho na intimidade e na confiança de nossa velha amizade declarar-te que, de forma alguma eu poderia aceitar a investidura. A lembrança de meus amigos muito me honra e me desvanece, mas tantos e tamanhos encargos de ordem particular pesam sobre mim neste momento que não poderia furtao seu desempenho sem graves danos de interesses respeitáveis⁷.

Daudt manteve-se atuando na representação do empresariado e sua participação nas associações do comércio e da indústria manteve-se relevante mesmo após o fim do Estado Novo. Após 1945, continuou ocupando o Conselho Fiscal do Banco do Brasil, do qual era membro desde 1943 e permaneceu até 1955. Também foi presidente do Conselho Nacional de Comércio na década de 1950. Ao longo da segunda metade dos anos 50, afastou-se dos postos de direção de entidades de classe do comércio, porém, continuou atuando como conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Faleceu em 1965.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de João Daudt d’Oliveira como representante das *classes produtoras* no Brasil permite um enfoque diferenciado para o estudo das transformações do discurso do empresariado brasileiro a respeito da questão social no País. Com relação a esta mudança, que vai de uma inicial recusa, observada nos anos da República Velha, passando pela tentativa de interferência no processo junto ao Estado, no primeiro governo Vargas, até a manutenção de organismos privados de assistência social, como SESI e SESC, há uma carência de estudos específicos que abordem o período delimitado.

A trajetória de João Daudt d’Oliveira se insere em um período de transformações sociais e políticas que corresponde ao processo que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1930 e se estende até um pouco além do fim do segundo governo de Getúlio. Daudt participou de redes que atuaram de forma ativa nas transformações políticas desse período, em especial, no processo de fortalecimento do empresariado como ator social e participante ativo no processo de formulação de políticas sociais.

⁷ Carta de João Daudt d’Oliveira a Getúlio Vargas, datada de 06/05/1937. CPDOC – FGV. **GV c 1937.01.14**

Atuou como porta-voz dos setores industrial e comercial, ou seja, das *classes produtoras*, conforme sua própria definição, ao mesmo tempo em que mantinha laços firmes com Getúlio Vargas.

Embora não participasse da máquina administrativa do governo Vargas, Daudt participou ativamente das articulações que conduziram a formação da Aliança Liberal e a derrubada do governo Washington Luís. Sua presença em quadros de representação das *classes produtoras*, no entanto, não esteve condicionada a Vargas, pois permaneceu nessas entidades mesmo após a queda do Estado Novo.

O estudo de sua trajetória, além de demandar uma análise minuciosa da dinâmica de atuação do empresariado no processo de implantação de políticas sociais em um período que vai da Revolução de 1930, passando pelo Estado Novo, o governo Dutra e o segundo governo Vargas, exige também a compreensão da dinâmica política do período e da inserção de Daudt junto às esferas de poder, bem como as mudanças no cenário econômico e social e seus impactos junto ao empresariado nacional. A análise dessas arenas e desses atores, pela perspectiva de uma trajetória individual, pode apresentar resultados que contribuam para o estudo do conjunto envolvido na trajetória em questão, uma vez que a metodologia de análise seguirá um enfoque mais ampliado das redes nas quais Daudt se inseriu.

BIBLIOGRAFIA

- BOSCHI, Renato. Prefácio. In: DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. A presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTR Editora, 2001.
- DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 3ª ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.
- DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DELGADO, Ignacio. *Burguesia e Estado - o caso de Minas Gerais: a estratégia de um revés*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1989, p. 176.
- _____. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. A presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTR Editora, 2001.
- DIAS, Sônia. João Daudt d'Oliveira. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 19/08/2012
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1979.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

INCISA, Ludovico. Corporativismo. Verbete. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998, p. 287.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, João Daudt d'. *O destino de dois povos*: conferência pronunciada no fórum d'O Jornal, em 26 de outubro de 1944. Rio de Janeiro: 1944.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994, p.13-34.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.21-22.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.p.333.

Mercado de trabalho paulista: participação feminina nos setores secundário e terciário entre os anos 1940 e 1960.

Luciana Portilho da Silva

Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP e Técnica em Planejamento e Gestão na Fundação do Desenvolvimento Administrativo

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a participação da mulher no mercado de trabalho paulista entre os anos 1940 e 1960, analisando tanto a presença feminina, como também suas profissões e cargos, ou seja, sua inserção no processo de desenvolvimento econômico que o estado de São Paulo seguia. Para tanto, serão apresentados conceitos e características femininas no mundo do trabalho, sendo em seguida, apresentada uma análise sobre os setores secundário e terciário da economia paulista. Como fonte de dados serão utilizados os Censos Demográficos do estado de São Paulo dos anos 1940, 1950 e 1960, por estes trazerem os dados mais completos para a análise que se pretende fazer do período estudado.